

Introjeção de Normas Sociais e Expressão Indireta de Preconceito em Crianças

Internalization of Social Norms and Indirect Expression of Prejudice in Children

Amanda Cezar Vrijdags(1); Sheyla Christine Santos Fernandes(2)

1 Psicóloga pela Universidade Federal de Alagoas. Universidade Federal de Alagoas. Brasil.

E-mail: amandavrijdags@hotmail.com

2 Professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas. Universidade Federal de Alagoas. Brasil.

E-mail: sheylacsfernandes@msn.com

Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, vol. 9, n. 2, p. 42-60, Jul.-Dez., 2017 - ISSN 2175-5027

[Recebido: Jul. 03, 2017; Aceito: Dez. 23, 2017]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2017.v9i2.2026>

Endereço correspondente / Correspondence address

Av. Lourival Melo Mota, S/N - Tabuleiro do Martins,
Maceió - AL, Brasil
CEP 57072-900

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor: Icaro Bonamigo Gaspodini

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui! / click here!](#)

Resumo

Este trabalho visa contribuir com o estudo da expressão indireta do preconceito contra negros em crianças considerando o papel da introjeção das normas sociais. Objetivou-se analisar a expressão indireta do preconceito em crianças de 5 a 10 anos de idade. Especificamente, avaliou-se expressão indireta do preconceito: 1) em função de três contextos de resposta; 2) em função da cor da pele; 3) comparando crianças de 5 a 7 anos *versus* 8 a 10 anos. Contou-se com a participação de 40 crianças de uma escola municipal da cidade de Maceió. Para comparar as variáveis envolvidas, foram realizadas técnicas de estatística descritiva e o teste de associação X^2 (qui-quadrado). Os resultados indicaram que existe uma relação entre contexto e expressão do preconceito, que pode estar relacionada com as hipóteses da expressão indireta de preconceito racial. A faixa etária não pareceu exercer uma diferença significativa na expressão do preconceito. Concluiu-se que as crianças expressam preconceito de uma forma sutil e indireta, uma vez que o fazem somente quando existe uma justificativa para isso que não seja a cor da pele do alvo.

Palavras-chave: preconceito, racismo, crianças, normas sociais

Abstract

This research aims to contribute to the study of indirect expression of prejudice against blacks in children, considering the role of internalization of social norms. The objective was to analyze the indirect expression of prejudice in children from 5 to 10 years old. Specifically, we evaluated indirect expression of prejudice: 1) according to three response contexts; 2) according to skin color; 3) comparing children from 5 to 7 years old versus 8 to 10 years old. We counted on participation of 40 children from a municipal school in Maceió. To compare the variables involved, there were descriptive statistics and X^2 test for association (chi-square). The results indicated that there is a relationship between context and expression of prejudice, which may be related to the hypothesis of indirect expression of racial prejudice. The age did not appear to have a significant difference in the expression of prejudice. It was concluded that children express prejudice in a subtle and indirect way, since they do so only when there is a justification for this other than the color of the target's skin.

Keywords: prejudice, racism, children, social norms

Resumen

Este trabajo pretende contribuir con el estudio de la expresión indirecta del prejuicio contra negros en niños considerando el papel de la introyección de las normas sociales. Se objetivó analizar la expresión indirecta del prejuicio en niños de 5 a 10 años de edad. Específicamente, se evaluó la expresión indirecta del prejuicio: 1) en función de tres contextos de respuesta; 2) en función del color de la piel; 3) comparando niños de 5 a 7 años frente a 8 a 10 años. Se contó con la participación de 40 niños de una escuela municipal de la ciudad de Maceió. Para comparar las variables involucradas, se realizaron técnicas de estadística descriptiva y la prueba de asociación X^2 (qui-cuadrado). Los resultados indicaron que existe una relación entre contexto y expresión del prejuicio, que puede estar relacionada con las hipótesis de la expresión indirecta de prejuicio racial. El grupo de edad no pareció ejercer una diferencia significativa en la expresión del prejuicio. Se concluyó que los niños expresan prejuicio de una forma sutil e indirecta, ya que lo hacen sólo cuando existe una justificación para ello que no sea el color de la piel.

Palabras clave: prejuicio, racismo, niños, normas sociales

A expressão Indireta do Preconceito Racial

Em 1954, Gordon Allport traçou algumas linhas fundamentais sobre o preconceito que até hoje são utilizadas pelas principais perspectivas que se propõem a estudar e analisar esse tema. Segundo o autor, preconceito é uma atitude hostil contra uma pessoa pelo simples fato de pertencer a um determinado grupo socialmente desvalorizado, e é justamente por isso que existiriam tantos preconceitos quantos grupos discriminados houver. Dentro dessas várias formas, existe o preconceito racial, que possui como característica a discriminação das pessoas por conta de suas características físicas ou fenotípicas herdadas, que também pode ser chamado de preconceito étnico. Em outras palavras, Allport (1954) define o preconceito racial ou étnico como uma antipatia, que pode ser expressa ou não, fundamentada numa generalização falha, direcionada a um grupo ou a um indivíduo pertencente aquele grupo.

Apesar da sua relevância enquanto problema social, preconceito e racismo quase sempre foram percebidos como sendo um problema do outro e distante de cada um de nós (Lima & Vala, 2004a). Turra e Venturi (1995) realizaram um estudo no Brasil e comprovaram que quase 90% dos entrevistados não se consideram como racistas, mas, ao mesmo tempo, acreditam que o racismo existe no Brasil. Camino, Machado e Pereira (2001) demonstram que o racismo é mais facilmente expresso quando o outro é apontado como preconceituoso, ou seja, quando faz parte do repertório do outro. Em uma pesquisa realizada com universitários, os autores verificaram que 16% concordam que existe preconceito no Brasil ao mesmo tempo em que se consideram preconceituosos, enquanto 82% dos participantes concordam que existe preconceito no Brasil mas não se consideram preconceituosos. Estes dados sugerem que existe um duplo padrão de resposta nos brasileiros, uma vez que concordam que vivem em um país onde a discriminação racial existe, mas responsabilizam os outros por isso.

Algumas mudanças históricas significativas aconteceram logo após a 2ª Guerra Mundial, que repercutiram diretamente na forma de expressar preconceito, como a emergência dos movimentos pelos direitos civis nos EUA, os movimentos de libertação de antigas colônias europeias, as consequências do nazismo e a Declaração dos Direitos Humanos. Mesmo com esse avanço em termos de direitos humanos e de estratégias de resolução dos conflitos intergrupais, o preconceito e o racismo ainda permanecem sendo uma questão atual (Lima & Vala, 2004a).

O processo de formação nacional brasileiro ocorreu de forma desigual e injusta por ter sido edificado sob valores de escravidão e racismo. Isso levou a sociedade brasileira a efetivar práticas de discriminação e/ou exclusão dos negros concentrando-os nos níveis socioeconômicos mais inferiores (dos Santos, Cavalleiro, Barbosa, & Ribeiro, 2008). Mesmo após a emancipação da população negra, a consciência das diferenças hierárquicas entre raças permaneceu, fazendo com que os negros fossem

taxados como uma raça biológica inferior (Lins, Lima-Nunes, & Camino, 2014). Neste sentido, a maneira de expressar o racismo foi mudando à medida que se desenvolviam as formas de relações inter-raciais, de forma tão significativa que se chegou a pensar em sua extinção (Camino e cols, 2001; França & Monteiro, 2004; Lima & Vala, 2004a).

Na verdade, o que mudaram foram as formas de expressão de atitudes negativas frente os negros, produzindo na psicologia social algumas teorias relacionadas, como o preconceito sutil (Pettigrew & Meertens, 1997). Apesar de se expressar de forma sutil, mascarada e discreta, é uma expressão de preconceito tão danosa quanto as expressões explícitas, uma vez que, por serem de mais difícil identificação, são também mais difíceis de serem combatidas (Lima & Vala, 2004a). Consequentemente, o racismo se fortalece, já que pouco é feito para reduzir as diferenças ou desigualdades raciais oriundas desta prática social. Isso pode ser observado nas estatísticas governamentais, que mostram a população negra ainda como objeto de discriminação (Nunes & Camino, 2011).

Essas novas formas de expressar o preconceito passaram a ser estudadas a partir da institucionalização de normas que proíbem a discriminação contra grupos minoritários. Como consequência dessa proibição, o racismo claro e tradicional passou a ser socialmente condenado, levando ao surgimento de novos mecanismos para expressar o preconceito sem transgredir abertamente estas normas antidiscriminatórias através de estratégias encontradas pelos grupos dominantes (Camino e cols., 2001; Lima & Vala, 2004a; Nunes & Camino, 2011).

Assim, o racismo aberto e ativo tem sido substituído, aos poucos, por formas menos evidentes de discriminação, que não transgridam a norma social de indesejabilidade do racismo. É um tipo de racismo que se manifesta indiretamente, uma vez que as pessoas tendem a esconder suas atitudes preconceituosas por se preocuparem em não serem reconhecidas como racistas (Lins e cols., 2014). Através dessa manifestação sutil e indireta existe a tentativa de não assumir o preconceito como tal, assim, as pessoas justificam a expressão do preconceito baseadas em algo que não seja a pertença racial do outro. Apesar dessa mudança na forma de expressar o preconceito, sua função de organizar as relações de poder e justificar as desigualdades sociais continua a mesma (Nunes, 2010).

Na perspectiva das relações intergrupais, Tajfel (1972) explica que membros de grupos majoritários tendem a apresentar um favoritismo pelo seu grupo, atribuindo-lhe mais características positivas e menos traços negativos do que aos grupos minoritários. O preconceito seria resultado da inserção de um indivíduo numa categoria social, ou seja, a pertença a uma determinada categoria social que levaria à atribuição de traços positivos aos membros desse grupo (endogrupo) e traços negativos aos membros de outro grupo (exogrupo). Pettigrew e Meertens (1997) percebem que a indesejabilidade social do preconceito gera esse processo mais refinado de discriminação, uma vez que as pessoas tendem a favorecer seu próprio grupo, mas não favorecem nem discriminam o outro grupo.

Em uma pesquisa com universitários de 5 estados brasileiros (Bahia, Goiás, Pará, Rio Grande do Sul e Sergipe), de 17 a 64 anos de idade, Fernandes (2011) descobriu que independentemente da região ou da cor da pele do entrevistado, foi atribuído aos negros mais traços naturais (presentes em seres humanos, mas também em animais) do que traços culturais (presentes somente em seres humanos). Estudos com crianças mostram resultados semelhantes, uma vez que estas seguem a tendência de atribuir aos negros menos características unicamente humanas (Costello & Hodson, 2014). Numa tentativa de driblar as normas antirracistas que estão presentes na cultura e na sociedade, os grupos majoritários se utilizam de formas sutis, indiretas e veladas para expressar o preconceito (Pereira, Torres, & Almeida, 2003). São discursos ideológicos que justificam sua situação dominante sem violar essas normas, ao menos aparentemente.

Na psicologia social, poucos estudos analisam o papel das normas sociais e das ideologias na construção de imagens e representações cognitivas preconceituosas contra membros de grupos minoritários (França & Monteiro, 2004; Lima, Machado, Ávila, Lima, & Vala, 2006). Quando se trata de preconceito em crianças, a quantidade de estudos é ainda menor, por ser um tema de pesquisa recente no Brasil. Publicações e pesquisas que visam compreender como o preconceito racial se desenvolve nessa população no contexto nacional são escassas, já que a maioria é realizada com adultos (Sacco, Couto, & Koller, 2016). Nos últimos anos, as pesquisas sobre preconceito tendem a abordar temas como a política de cotas nas universidades (Camino, Tavares, Rosas, Álvaro, & Garrido, 2014; Jesus, 2013; Lima, Neves, & Silva, 2014). O cenário internacional é bem mais amplo, abordando desde a base do comportamento de exclusão na infância (Killen, Mulvey, & Hitti, 2013).

A escassez de estudos brasileiros que analisam preconceito em crianças pode ser justificada pela ampla difusão na literatura da abordagem cognitiva do desenvolvimento, que traz o preconceito em crianças como uma limitação de suas capacidades cognitivas, em vez de uma interiorização das normas sociais (Aboud, 1988). Essa abordagem considera que as crianças mais novas, até os 5 anos de idade, são imaturas cognitivamente, e, por isso, são abertamente preconceituosas. Assim, o surgimento e as mudanças nas atitudes raciais durante a infância estão associadas ao desenvolvimento de capacidades cognitivas específicas. Por volta dos 7 e 8 anos, na medida em que ocorre a aquisição de novas estruturas cognitivas e a maturação das já existentes, essa expressão aberta de preconceito passa a ser minimizada, levando as crianças a expressar o preconceito de uma forma mais sutil e discreta (Doyle & Aboud, 1995).

Porém, essa abordagem cognitiva não explica a presença de atitudes preconceituosas nos adultos. Mesmo já tendo adquirido o amadurecimento cognitivo, pessoas na fase adulta permanecem expressando preconceito (França & Monteiro, 2004). Desde o trabalho pioneiro desenvolvido por Sherif (1936), sobre a influência das normas sociais nos processos psicológicos, o estudo sobre normas sociais tem

ênfatisado que nossas escolhas e convicções pessoais são passíveis de influências do grupo social.

A saliência ou ausência de uma norma antirracista pode demonstrar como isso acontece. Crianças brancas com mais de 7 anos de idade manifestam preferência por outras crianças brancas somente em contextos normativos que permitam tal manifestação, condições nas quais a norma antirracista não está presente. Isso sugere que as crianças mais velhas não reduzem incondicionalmente a discriminação, diferentemente do que é proposto pela abordagem cognitiva do desenvolvimento. O preconceito racial é expresso somente em contextos nos quais esse comportamento possa ser justificado por algo que não a pertença racial dos alvos (França & Monteiro, 2013).

As crianças mais velhas não deixam de expressar preconceito. Mas, por conta da interiorização das normas sociais dos adultos, tais expressões passam a se tornar sutis, indiretas ou veladas. Ocorre a interiorização e a aprendizagem de normas sociais antirracistas que condenam formas explícitas de preconceito, atuantes na cultura e sociedade onde estão inseridas. Assim, as crianças mais velhas passam a ser capazes de emitir conceitos, preferências e escolhas condizentes com sua realidade social (França & Monteiro, 2004). Pereira e Vala (2007), em um estudo que avaliava o resultado da presença ou ausência de uma norma igualitária na expressão do preconceito, também indicaram que a expressão sutil do preconceito pode ser resultado da introjeção de normas e valores sociais de igualdade.

Fernandes, de Almeida e do Nascimento (2008) realizaram um dos poucos estudos brasileiros sobre preconceito em crianças. Os participantes do estudo tinham entre 5 e 8 anos e foram divididos por faixa etária, baseando-se no pressuposto de que crianças por volta dos 7 e 8 anos expressam menos preconceito (Doyle & Aboud, 1995). Crianças mais novas, de 5 e 6 anos, apontaram majoritariamente o alvo branco como detentor de características como beleza (70%) e inteligência (80%), em detrimento do alvo negro. Nas crianças mais velhas, de 7 e 8 anos, esses índices caem apesar da pouca diferença etária, pois apontam o alvo branco como detentor de beleza em 55,5% dos casos e de inteligência em 67% dos casos. Esses resultados podem sugerir que as crianças mais velhas estão internalizando as normas sociais vigentes em seu contexto, emitindo preferências e escolhas condizentes com a sua realidade social.

A discriminação e o preconceito perpassam e se expressam nos mais diversos ambientes sociais, mas é no ambiente escolar que a maioria das crianças têm seu primeiro contato com a realidade do preconceito racial. Porém, o enfrentamento do preconceito racial no interior da escola ainda é muito superficial, tendo em vista que não há uma preocupação em construir ações de enfrentamento eficazes e preventivas ao preconceito racial que perpassa a instituição escolar (Lima, 2016). Práticas implícitas existentes no ambiente escolar privilegiam um modelo de sociedade europeu e de homem branco, deixando de lado os estudantes negros, que não se

sentem representados. Associado a essa falha na representatividade, a ocorrência de situações discriminatórias dentro da escola através de “brincadeiras” pejorativas, apelidos e xingamentos pouco mobilizam a equipe escolar, o que reforça práticas que são estabelecidas fora da escola, mas expressas e reproduzidas no ambiente escolar (Guimarães & Pinto, 2016).

As crianças são capazes de transformar expressões como “Você é...” em “Eu sou...”, levando-as a construir uma narrativa de si intermediada pelo reconhecimento de outros, em forma de aprovação ou desaprovação de pessoas tidas como superiores (Lopes, 2009). Estes conflitos intergrupais tem um papel importante na construção da identidade do indivíduo, mesmo com representações feitas por outras pessoas. A auto categorização também exerce um papel fundamental nesse processo de construção identitária, uma vez que as categorizações refletem as diversas formas pelas quais são vividas as relações intergrupais (Máximo, Larrain, Nunes, & Lins, 2012).

Máximo e cols. (2012), em uma pesquisa com crianças, observaram uma forte tendência ao branqueamento, uma vez que 78% das crianças negras se percebiam como morenas e 57% das crianças morenas se percebiam como brancas. Somente 6,3% das crianças negras se percebiam como negras, o que levou os autores a concluir que independentemente dos traços raciais e da sua pertença atribuída, o que realmente conta nos níveis de julgamento são os padrões universais de pensamentos de que o branco é bonito, inteligente e comunicativo e o negro é moralmente inferior.

Considerando o referencial teórico sobre o preconceito racial em crianças, este estudo teve o objetivo de verificar a expressão indireta de preconceito racial em crianças de 5 a 10 anos de uma escola municipal da cidade de Maceió em função de um contexto de justificativa para a discriminação, em função da cor da pele da criança entrevistada e em função de dois grupos etários: 5 a 7 anos *versus* 8 a 10 anos.

Três hipóteses foram consideradas: 1) O preconceito explícito será observado quando houver uma justificativa para tal; 2) As crianças favorecerão seu próprio grupo de acordo com a cor da pele; 3) As crianças com menos de 8 anos discriminarão mais o alvo negro.

Método

Participaram do estudo 40 crianças estudantes do ensino infantil e do ensino fundamental de uma escola municipal da cidade de Maceió. As crianças tinham de 5 a 10 anos de idade ($M=7,5$; $DP=1,58$). De um total de 40 crianças, 27 (67,5%) eram do gênero feminino.

A fim de contemplar a primeira hipótese do estudo, as crianças foram divididas em três diferentes grupos e foram submetidas a contextos situacionais que justificasse ou não a discriminação racial. Cada criança participou somente de um contexto. A

participação das crianças em cada contexto foi feita de forma aleatória. Os contextos foram organizados da seguinte forma:

- 1) justificativa para o preconceito, com 14 (35%) crianças;
- 2) sem justificativa para o preconceito, com 13 (32,5%) crianças; e
- 3) contexto igualitário, com 13 (32,5%) crianças.

A fim de contemplar a segunda e terceira hipóteses do estudo, as respostas dadas pelas crianças também foram analisadas considerando os seguintes aspectos:

1. Cor da pele da criança: 11 brancas (27,5%), 4 morenas (10%) e 25 negras (62,5%).
2. Idade, de acordo com o grupo etário: 17 com idades de 5 a 7 anos (42,5%) e 23 com idades de 8 a 10 anos (57,5%).

A escola foi elegida para a coleta de dados a partir de um contato prévio com a diretora, que se mostrou solícita em disponibilizar a escola para o estudo. Para a realização das entrevistas, foi obtido o consentimento prévio da instituição e dos responsáveis pelas crianças, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.).

Foram entrevistadas as crianças que estavam presentes na escola no dia da realização das entrevistas, que tinham a devida autorização dos responsáveis para participar do estudo e que tinham interesse em participar. Assim, a participação ocorreu de forma voluntária. As entrevistas eram feitas individualmente com cada criança, em sua própria escola, por uma entrevistadora previamente treinada que também ficou responsável por anotar as respostas dadas pelas crianças. Para que pudesse ser observada, a criança foi posicionada em frente à entrevistadora ao longo do procedimento, com a utilização de uma cadeira para a criança, uma cadeira para a entrevistadora e uma mesa que serviu de apoio para manipulação do instrumento do estudo.

Informações das crianças como idade, gênero e cor da pele com a qual se identificavam foram registradas ao final de cada entrevista (Apêndice A). A classificação da cor da pele ocorreu em um processo de autocategorização feito pelas crianças, que informavam à entrevistadora a cor de pele com a qual mais se identificava, baseando-se em uma escala de cores contendo tons de pele branco, moreno e negro (Apêndice B).

Antes de iniciar o procedimento, a entrevistadora se apresentava à criança, explicava que lhe contaria uma história e que gostaria de saber sua opinião, mas que não existiam respostas certas ou erradas e poderia responder da forma que quisesse. Após isso, a entrevistadora dava a seguinte instrução à criança, utilizada por França e Monteiro (2004): *“Imagine que você está querendo construir uma casa (para meninas) ou uma garagem de brinquedo (para meninos) e precisa de algumas crianças para te ajudar na tarefa de levar tijolos para a construção. Você chama duas crianças para te ajudar, e diz que lhes dará em troca alguns doces”*.

Após a instrução, a entrevistadora colocava sobre a mesa as fotos de duas crianças (do mesmo gênero que a criança entrevistada) e tijolos de brinquedo representando a quantidade que cada alvo teria carregado na tarefa de construção. Para representar o alvo negro, era utilizada a foto de uma criança negra e para representar o alvo branco era utilizada a foto de uma criança branca. Eram disponibilizados 6 doces para a criança entrevistada distribuir aos alvos como forma de recompensa pelo trabalho realizado, da forma que desejasse.

As fotos utilizadas como estímulo foram validadas por França e Monteiro (2004) (Anexo A). As fotos foram pré-testadas em relação à cor da pele, idade, aparência física e qualidade gráfica. Foram apresentadas a 18 juízes (média de idade de 21,98 anos e desvio padrão de 5,55), sendo cada foto avaliada por 9 juízes. Com relação à cor da pele, a criança negra foi considerada negra por 89% dos juízes, e 11% disseram que era mulata (1 pessoa). Todos os juízes (100%) que avaliaram a criança branca, a consideraram branca.

De acordo com o contexto de resposta em que a criança entrevistada era submetida, a quantidade de tijolos de brinquedo era manipulada para ativar o contexto desejado. Foram simulados três contextos: (1) contexto de justificativa para o preconceito, no qual o desempenho do alvo branco era melhor que o do alvo negro, com o alvo branco carregando mais tijolos; (2) contexto sem justificativa para o preconceito, no qual o desempenho do alvo negro era melhor do que o do alvo branco, com o alvo negro carregando mais tijolos; (3) contexto igualitário, no qual o desempenho de ambos os alvos era igual, ambos carregavam a mesma quantidade de tijolos. Após a manipulação do contexto desejado, as crianças deveriam distribuir os 6 doces da forma que desejassem, enquanto a entrevistadora registrava qual alvo foi favorecido pela criança. A expressão indireta do preconceito racial foi avaliada a partir do alvo favorecido.

Utilizou-se um desenho fatorial completo de 2 (idade 5-7 vs. 8-10) x 3 (cor da pele branco vs. moreno vs. negro) x 3 (contexto que justifica o preconceito vs. contexto que não justifica o preconceito vs. contexto igualitário). A variável dependente foi a quantidade de doces distribuídos a cada um dos alvos como recompensa pela ajuda no contexto simulado.

A análise dos dados foi feita através do programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS), versão 21. Foram utilizadas técnicas de estatísticas descritivas e o teste estatístico de associação do tipo X^2 (qui-quadrado) a fim de verificar a expressão indireta do preconceito racial em função da cor da pele da criança entrevistada, em função dos diferentes contextos e para verificar diferenças quanto os grupos de idade (5 a 7 anos *versus* 8 a 10 anos). Em ambos os casos, foi adotado um grau de significância de $p \leq 0,05$, com uma margem de confiança de 95%.

Resultados

Foram realizadas análises comparativas entre a expressão de preconceito racial e a cor da pele das crianças. Verificou-se que:

Das 11 crianças brancas, 3 favoreceram o alvo negro, 4 favoreceram o alvo branco e 4 favoreceram os alvos de forma igualitária. Das 4 crianças morenas, 1 favoreceu o alvo negro, 1 favoreceu o alvo branco e 2 favoreceram os alvos de forma igualitária. Das 25 crianças negras, 2 favoreceram o alvo negro, 6 favoreceram o alvo branco e 17 favoreceram os alvos de forma igualitária (Tabela 1).

Tabela 1. Frequência de distribuições realizadas pelas crianças de 5 a 10 anos em função da cor da pele

Cor da pele da criança	Alvo Favorecido		
	Branco	Negro	Igualitário
Branca (n = 11)	4	4	3
Morena (n = 4)	1	1	2
Negra (n = 25)	2	6	17

Note. $X^2 = 10,97$; gl = 4; $p = 0,027$

Os resultados da expressão indireta do preconceito racial em função da cor da pele das crianças entrevistadas indicam que a variável de cor da pele exerce influência na forma como as crianças favorecem os alvos ($X^2 = 10,97$; gl = 4; $p = 0,027$). É importante atentar para o fato que mesmo a maioria das crianças entrevistadas se autocategorizando como negras (62,5%), ainda assim o alvo negro é o menos favorecido. Esse resultado não confirma a hipótese de que as crianças favoreceriam seu próprio grupo de acordo com a cor da pele, uma vez que as crianças negras não favorecem seu próprio grupo de forma significativa.

No que diz respeito à distribuição de recompensas em função do contexto, os resultados indicam que:

No contexto “justificativa para o preconceito”, no qual o alvo branco tem um desempenho melhor que o alvo negro, participaram 14 crianças. Destas, 1 favoreceu o alvo negro, 4 favoreceram o alvo branco e 9 favoreceram os alvos de forma igualitária. No contexto “sem justificativa para o preconceito”, no qual o alvo negro tem um desempenho melhor que o branco, participaram 13 crianças. Destas, 5 favoreceram o alvo negro, 1 favoreceu o alvo branco e 7 favoreceram os alvos de forma igualitária. Já no “contexto igualitário”, no qual os alvos branco e negro têm o mesmo desempenho, participaram 13 crianças. Destas, nenhuma favoreceu o alvo negro, 6 favoreceram o alvo branco e 7 favoreceram os alvos de forma igualitária (Tabela 2).

Tabela 2. Frequência de distribuições realizadas pelas crianças de 5 a 10 anos de acordo com os contextos

Contexto	Alvo Favorecido		
	Branco	Negro	Igualitário
Justificativa para o preconceito (n = 14)	1	4	9
Sem justificativa para o preconceito (n = 13)	5	1	7
Contexto igualitário (n = 13)	0	6	7

Note. ($X^2 = 13,28$; gl = 6; $p = 0,039$).

Os dados apresentados na Tabela 2 indicam que as variáveis de contexto exerceram influência na distribuição de recompensa aos alvos branco e negro, uma vez que houve uma diferença significativa entre os três contextos, confirmando a hipótese de que a expressão do preconceito varia de acordo com o contexto ($X^2 = 13,28$; gl = 6; $p = 0,039$). No contexto “justificativa para o preconceito”, as crianças tenderam a recompensar mais o alvo branco e no contexto “sem justificativa para o preconceito” as crianças tenderam a recompensar mais o alvo negro, como esperado. Sendo assim, as crianças entrevistadas recompensaram os alvos de acordo com o contexto.

Mas, como responder se realmente houve uma expressão indireta de preconceito ou se as crianças apenas respondiam ao contexto ao qual eram submetidas? No “contexto igualitário”, no qual os alvos branco e negro apresentam o mesmo desempenho na tarefa, as crianças entrevistadas endossaram a resposta de distribuição igualitária ou recompensaram o alvo branco em detrimento do alvo negro. Isso indica que mesmo o alvo negro tendo um desempenho semelhante ao alvo branco, o alvo negro não é merecedor de recompensa em comparação ao alvo branco.

Por último, analisou-se a expressão do preconceito em relação à idade (grupo 1: 5 a 7 anos de idade; grupo 2: 8 a 10 anos de idade). A Tabela 3 evidencia que:

Das 17 crianças que compunham o grupo 1, 4 favoreceram o alvo negro, 4 favoreceram o alvo branco e 9 favoreceram os alvos de forma igualitária. Das 23 crianças que compunham o grupo 2, 2 favoreceram o alvo negro, 7 favoreceram o alvo branco e 14 favoreceram os alvos de forma igualitária.

Tabela 3. Frequência das distribuições realizadas de acordo com o grupo etário

Grupo etário	Alvo Favorecido		
	Branco	Negro	Igualitário
Grupo 1 (n = 17)	1	4	9
Grupo 2 (n = 23)	5	1	7

Note. ($X^2 = 1,71$; gl = 2; $p = 0,425$).

Com relação à idade das crianças, as variáveis de atribuição de recompensa aos alvos não apresentaram diferença significativa entre o grupo 1 e o grupo 2 ($X^2 = 1,71$; $gl = 2$; $p = 0,425$). Apesar de a idade das crianças não interferir na expressão indireta do preconceito, o alvo branco segue a tendência de receber mais recompensas quando comparado ao alvo negro.

Discussão

Esse estudo teve o objetivo de verificar a expressão indireta de preconceito racial em crianças em função do contexto, da cor da pele e de dois grupos etários (5 a 7 anos *versus* 8 a 10 anos). A discriminação racial foi avaliada através da distribuição de recompensas a alvos branco e negro. Os resultados mostram que o alvo negro foi mais discriminado do que o alvo branco, mas essa discriminação parece depender do tipo de contexto ao qual as crianças são submetidas. Já o grupo de crianças mais novas e o grupo de crianças mais velhas não apresentaram uma diferença significativa em suas preferências por favorecer o alvo branco ou o negro. Apesar de 62,5% das crianças entrevistadas serem negras, estas não favorecem seu próprio grupo de forma significativa, em função da cor da pele.

Retomando a hipótese de que as crianças expressariam preconceito quando houvesse uma justificativa para tal, os resultados confirmam e deixam evidente que, desde que haja uma justificativa para a discriminação que não seja a cor da pele, o alvo negro é discriminado. Os resultados confirmam que existe uma relação entre o contexto e a expressão do preconceito. Outros estudos com crianças apontam para os mesmos achados (França & Monteiro, 2003; França & Monteiro, 2013; Silva, 2014). Isso pode estar relacionado com a hipótese de um preconceito sutil, discreto e velado, que surge apenas quando pode-se atribuir uma justificativa para estas ações que não estejam associadas a atos de discriminação ou preconceito (Nunes, 2010).

Enquanto que nos contextos “justificativa para o preconceito” e “sem justificativa para o preconceito” as crianças entrevistadas justificam a distribuição de recompensas de acordo com o contexto ao qual foram submetidas, no “contexto igualitário” observa-se que nem sempre o contexto guia essa distribuição. Na verdade, o responsável por essa mudança na forma de expressar o preconceito racial parece ser o processo de interiorização das normas sociais antirracistas e a capacidade de administrá-las de acordo com os contextos ao qual o indivíduo é submetido (Lima & Vala, 2004a). Nas situações que houver pouca pressão normativa é possível que o preconceito seja expresso mais explicitamente. Essa pode ser uma das estratégias ideológicas desenvolvidas pelos grupos majoritários para que as práticas discriminatórias sejam perpetuadas de forma encoberta (Lins e cols., 2014).

Os resultados da comparação entre os grupos etários (5 a 7 anos *versus* 8 a 10 anos) mostraram que não há uma diferença significativa na expressão do preconceito

em função da faixa etária, não confirmando a hipótese de que as crianças com menos de 8 anos discriminariam mais o alvo negro. Independentemente da idade, há uma forte tendência das crianças em favorecerem de forma semelhante os alvos branco e negro. Isso pode ser resultado da introjeção de normas e valores sociais de igualdade, que reduzem a expressão do preconceito explícito (Pereira & Vala, 2007) e que podem estar sendo compreendidas por crianças cada vez mais novas. Silva (2014) encontrou diferenças significativas para a expressão do preconceito somente em crianças com mais de 10 anos de idade.

Apesar de a maioria das crianças entrevistadas serem negras (62,5%), os resultados mostram que o alvo negro foi o menos favorecido. Máximo e cols. (2012) também encontraram resultados semelhantes em seu estudo, uma vez que somente 6% das crianças negras escolhem a figura de outra criança negra como sua semelhante. Estes autores indicam que, independentemente de traços raciais e da pertença atribuída, o que realmente conta nos níveis de julgamento são os padrões universais de pensamentos de que o branco é bonito, inteligente. Isso demonstra como esses resultados são significativos para o efeito da cor da pele do alvo em sua escolha de favorecer um ou outro alvo.

Considerações finais

Os resultados dessa pesquisa buscaram sugerir que a redução do preconceito em crianças, a partir de uma certa idade, não se dá por conta do desenvolvimento e/ou aquisição de capacidades cognitivas (Aboud, 1988), mas sim por conta da internalização de normas sociais antirracistas que condenam expressões claras e abertas de preconceito, o que leva as crianças adotarem expressões mais sutis e indiretas, assim como observam nos adultos. França e Monteiro (2004; 2013) apresentam evidências semelhantes em estudos que serviram como base para esta pesquisa.

Os resultados mostraram que as crianças expressam preconceito de uma forma sutil e indireta, uma vez que o fazem somente quando existe uma justificativa para isso que não seja a cor da pele do alvo negro. Porém, não foi possível confirmar a hipótese de que as crianças menores expressariam preconceito de forma clara e aberta independentemente do contexto, possivelmente pelo tamanho da amostra reduzida. A cor da pele com a qual as crianças se identificam mostrou ser um importante dado no estudo sobre racismo em crianças, que pode ser aprofundado em outras pesquisas em termos de autocategorização, autoimagem e autoconceito das crianças, visto que a cor da pele parece interferir diretamente nas relações raciais, na construção da identidade das crianças e na postura destas mediante identificação com o seu grupo de pertença.

Este trabalho contribui para o estudo do preconceito contra negros, especialmente o preconceito expresso de forma indireta por crianças. A expectativa é

que estes resultados possam contribuir para combater o preconceito desde a infância, principalmente no ambiente escolar, meio social no qual a maioria das crianças negras sofrem discriminação sem que haja alguma mobilização da equipe escolar diante das situações discriminatórias. Espera-se que estudos como este possam contribuir para que a prática pedagógica assuma ações de enfrentamento e prevenção ao preconceito, de forma que se repercuta em ambientes além da escola.

Para estudos posteriores, recomenda-se que seja registrada a quantidade de doces que cada alvo recebeu como recompensa, em vez de registrar apenas qual dos alvos foi favorecido, para que o número de doces distribuídos a cada um dos alvos seja avaliado como uma variável dependente. Recomenda-se considerar uma quantidade maior de crianças participantes, visto que a ampliação da amostra permitirá maior variabilidade de respostas em relação às categorias analisadas e aos grupos investigados. Conclui-se que a metodologia utilizada mostrou-se eficaz para avaliar a expressão do preconceito em crianças em função do contexto de resposta e em função da cor da pele. Por outro lado, considerando a limitação da quantidade de participantes identificada neste estudo, recomendam-se novas investigações para verificar a influência da faixa etária na expressão do preconceito em crianças.

Referências

- About, F. E. (1988). *Children and prejudice*. Oxford: Brasil Blackwell.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de psicologia política*, 1, 13-36. doi: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.10498>
- Camino, L., Tavares, T. L., Rosas, A. R. R., Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2014). Repertórios discursivos de estudantes universitários sobre cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. *Psicologia & Sociedade*, 26, 117-128. doi: <https://doi.org/10.1590/s0102-71822014000500013>
- Costello, K., & Hodson, G. (2014). Explaining dehumanization among children: The interspecies model of prejudice. *British Journal of Social Psychology*, 53(1), 175-197. doi: <https://doi.org/10.1111/bjso.12016>
- dos Santos, S. A., Cavalleiro, E., Barbosa, M. I. S., & Ribeiro, M. (2008). Ações afirmativas: Políticas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do Estado. *Estudos Feministas*, 16(3), 913-929. doi: <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2008000300012>
- Doyle, A. B., & About, F. E. (1995). A longitudinal study of white children's racial prejudice as a social-cognitive development. *Merrill-Palmer Quarterly*, 41(2), 210-229. Retrieved from http://www.jstor.org/stable/23090532?seq=1#page_scan_tab_contents
- Fernandes, S. C. S. (2011). *Crenças raciais e infra-humanização: uma análise psicossocial do preconceito contra negros*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Bahia.
- Fernandes, S. C. S., de Almeida, S. S. M., & do Nascimento, C. B. S. (2009). Análise do preconceito racial em uma amostra de crianças brancas de 5 a 8 anos de idade. *Psico*, 39(4), 441-447. Retrieved from <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1451>.
- França, D. X. D., & Monteiro, M. B. (2004). A expressão das formas indirectas de racismo na infância. *Análise Psicológica*, 22(4), 705-720. doi: <https://doi.org/10.14417/ap.270>
- França, D. X. D., & Monteiro, M. B. (2013). Social norms and the expression of prejudice: The development of racism aversive in childhood. *European Journal of Social Psychology*, 43, 263-271. doi: <https://doi.org/10.1002/ejsp.1965>
- Guimarães, A. C., & Pinto, J. M. R. (2016). Discriminação racial na escola: Vivências de jovens negros. *Revista Digital de Direito Administrativo*, 3(3), 512-524. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v3i3p512-524>
- Killen, M., Mulvey, K. L., & Hitti, A. (2013). Social exclusion in childhood: A developmental intergroup perspective. *Child development*, 84(3), 772-790. doi: <https://doi.org/10.1111/cdev.12012>

- Jesus, J. G. (2013). O desafio da convivência: Assessoria de diversidade e apoio aos cotistas (2004-2008). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(1), 222-233. doi: <https://doi.org/10.1590/s1414-98932013000100017>
- Lima, M. G. D. (2016). *O preconceito racial e a trajetória de escolarização na perspectiva de adolescentes e jovens negros*. (Dissertação de Mestrado). Centro Universitário de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004a). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401-411. doi: <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2004000300002>
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004b). Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 20(1), 11-19. doi: <https://doi.org/10.1590/s0102-37722004000100003>
- Lima, M. E. O., Neves, P. S. C., & Silva, P. B. (2014). A implantação de cotas na universidade: Paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. *Revista Brasileira de Educação*, 19(56), 141-254. doi: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782014000100008>
- Lima, M. E. O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C., & Vala, J. (2006). Normas sociais e preconceito: O impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 309-319. doi: <https://doi.org/10.1590/s0102-79722006000200018>
- Lins, S. L. B., Lima-Nunes, A., & Camino, L. (2014). O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 95-105. doi: <https://doi.org/10.1590/s0102-71822014000100011>
- Lopes, F. R. (2009). Infância e diversidade: Concepções e práticas de inclusão de crianças “diferentes”. In *IX Congresso Nacional de Educação/III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia* (pp. 1611-1621). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PR.
- Máximo, T. A. C. D. O., Larrain, L. F. C. R., Nunes, A. V. D. L., & Lins, S. L. B. (2012). Processos de identidade social e exclusão racial na infância. *Psicologia em Revista*, 18(3), 507-526. doi: <https://doi.org/10.5752/p.1678-9563.2012v18n3p507>
- Nunes, A. V. L., & Camino, L. (2011). Atitude político-ideológica e inserção social: Fatores psicossociais do preconceito racial? *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 135-143. doi: <https://doi.org/10.1590/s0102-71822011000100015>
- Nunes, S. S. (2010). *Racismo contra negros: Um estudo sobre o preconceito sutil*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95-107. doi: <https://doi.org/10.1590/s0102-79722003000100010>
- Pereira, C., & Vala, J. (2007). Preconceito, normas sociais e justificações para a discriminação das pessoas negras. In Monteiro, M. B. (Org.), *Percursos da investigação em Psicologia Social e Organizacional*, (pp. 145-164). Lisboa, Portugal: Edições Colibri.

- Pettigrew, T., & Meertens, R. (1997). Is subtle prejudice really prejudice? *The Public Opinion Quarterly*, 61(1), 54-71. doi: <https://doi.org/10.1086/297786>
- Sacco, A. M., Couto, M. C. P., & Koller, S. H. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, 24(1), 233-250. doi: <https://doi.org/10.9788/tp2016.1-16>
- Silva, K. C. (2014). *Normas sociais e expressões do racismo em crianças*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.
- Sherif, M. (1936). *The Psychology of social norms*. Nova York: Harper and Row.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale* (pp. 272-302). Paris, França: Larousse.
- Turra, C., & Venturi, G. (1995). *Racismo cordial*. São Paulo, SP: Editora Ática.

Apêndice A - Registro de respostas

QUESTIONÁRIO RACISMO

Data ____ / ____ / ____

CONTEXTO DE RESPOSTA:

1. () Justificativa para o racismo
2. () Sem justificativa para o racismo;
3. () Contexto igualitário.

ALVO FAVORECIDO:

1. () Negro
2. () Branco
3. () Distribuição igualitária

JUSTIFICATIVA: _____

DADOS DA CRIANÇA

Gênero () M () F

Idade: _____

Etnia: 1 2 3 4 5 6 7

Série: _____

DADOS DO ENTREVISTADOR:

Gênero: () M () F

Etnia: 1 2 3 4 5 6 7

Apêndice B - Escala de cores



Anexo A - Fotografias estímulo

